

O ACORDO: BOM PARA O BRASIL.

Alguns dos benefícios que poderá trazer: comércio exterior mais fácil, volta dos investimentos e menor exposição ao perigo de uma recessão.

O acordo do Brasil com seus credores recebeu elogios do diretor-presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes Abreu, e do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, por dar ao País a perspectiva de ativar o seu comércio internacional e voltar ao mercado financeiro, mas não teve a mesma entusiástica aprovação do economista Paulo Nogueira Baptista Júnior, que considerou o pagamento de US\$ 780 milhões, antes do recebimento de qualquer desembolso, um preço muito alto, que ameaça o nível de reservas do Brasil. Já o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, cita como ponto favorável a possibilidade mais real de o Brasil não ser atingido pela recessão em 1988.

Moraes Abreu considerou importante e "bastante próximo ao que se desejava" o acordo entre o Brasil e os bancos credores norte-americanos. Como reflexo imediato desta renegociação, ele apontou a perspectiva de alongamento dos prazos de financiamento às importações e exportações.

O acordo poderá permitir maior liberdade nas importações, assim como dará condições de se ampliar o volume de exportações, ante esse alongamento nos prazos, incluindo *spreads* menores — declarou Moraes Abreu. Diz ainda que vai ajudar na solução dos graves problemas internos que, sem o devido equacionamento da dívida, não deixariam as autoridades traçar um plano interno para a economia do País.

Moraes Abreu se manifestou favorável à fórmula acertada porque dará tranquilidade para ajustar com o FMI a captação do grande volume de recursos que o País demandará para estabilizar sua situação financeira. Ao enfatizar que o acordo vai ajudar nas exportações, Moraes Abreu acrescentou que, dessa forma, "nós sairemos de uma situação desastrosa a que nos conduziu a moratória, ao mesmo tempo em que os banqueiros, sem temor, devem começar a financiar".

O presidente do Banco Itaú não acredita que os elevados pagamentos que o Brasil deverá fazer — US\$ 780 milhões até março — possam acabar com as reservas internas. Para ele, tudo deve ter sido previsto nas negociações, para que não implicasse uma diminuição das reservas.

Sem dúvida, foi o primeiro grande passo para o Brasil reconquistar a confiança da comunidade financeira internacional, em



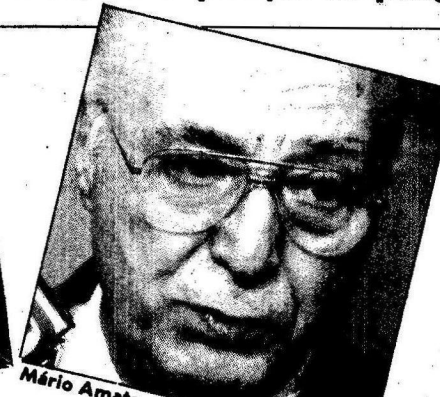
Paulo Nogueira Jr.



Carlos Langoni



Luís Antonio Medeiros



Mário Amato

bora ainda demore alguns anos para que o trauma da moratória seja absorvido — afirmou.

Volta do capital

O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, com muito otimismo saudou o acordo entre o Brasil e os credores norte-americanos, afirmando que, a partir de agora, o Brasil tem condições de receber investimentos, como capital de risco, de outros países. Ele garante que o acordo permitirá ao Brasil ser enquadrado como "país confiável junto à comunidade financeira".

Para Amato, esse acerto deverá permitir que o Brasil volte a ter acesso ao capital de risco. Ele advertiu que a Constituição, neste momento, não pode fazer restrições descabidas, com base num nacionalismo tacanho, contra o capital estrangeiro porque aí "seria um buraco n'água".

Para o presidente da Fiesp, esses investimentos deverão vir através da implantação de novas empresas, formação de *joint-ventures* e até mesmo expansão das indústrias já instaladas no País.

Agora, o Brasil tem condições, após o acordo, de ir ao FMI buscar recursos com juros mais baixos. Além disso, não se deve pensar que o FMI quer sacrifício dos brasileiros. Ao contrário, ele vai exigir o plano econômico a ser seguido, e como o Brasil não implantou nenhum até agora, as autoridades serão obrigadas a implantá-lo — afirmou.

Só vendo para crer

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, recebeu com cautela a notícia do acordo, declarando tratar-se de uma situação de maior tranquilidade para o Brasil, mas que só o aceitaria em definitivo, caso não levasse o Brasil a uma recessão mais profunda.

— Embora não tenha conhecimento total do que ficou decidido, espero que o acordo permita ampliar exportações, geração de empregos e o consequente crescimento do mercado interno — disse.

Sobre a eventualidade de o Brasil recorrer, a partir de agora, ao FMI, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, disse esperar que não haja dificuldades maiores para os trabalhadores. "Sempre afirmam que o FMI não deseja recessão, mas só vendo para crer", concluiu.

Vitória de Mailson

"Um resultado auspicioso e, em grande parte, uma vitória pessoal do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega." Assim, o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, qualificou o acordo firmado ontem entre o Brasil e os bancos credores, para um finan-

ciamento de US\$ 6,4 bilhões e *spread* (taxa de risco) de 0,8125% (igual ao do México), com a condição do pagamento de US\$ 780 milhões referentes aos juros de janeiro e fevereiro.

Para o ex-presidente do Banco Central, que em 1982 articulou o acordo do Brasil e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o resultado das negociações "quebrou o mito da moratória, apresentada como grande solução aos problemas do País, mas que só trouxe consequências desfavoráveis, como corte de linhas de crédito de curto prazo, redução dos desembolsos de organismos multilaterais e perda de financiamentos de países como os Estados Unidos e a Inglaterra para importações essenciais".

Entre os efeitos positivos que o acordo trará para o Brasil, Carlos Langoni citou a possibilidade mais concreta de o País atravess-

sar o ano de 88 sem sofrer o impacto da recessão econômica, que já se desenhava no horizonte. A aceleração dos desembolsos, afirmou ainda, "vai afastar os riscos da crise cambial e criar um clima favorável para investimentos estrangeiros, que também se beneficiarão da conversão da dívida".

Ao mesmo tempo, porém, lembrou o ex-presidente do Banco Central, o acordo aumenta a responsabilidade do Brasil em, de fato, aplicar medidas de redução do déficit público. Isso porque boa parte do financiamento acordado até agora, entende o economista, entrará num programa de desembolso de recursos e dependerá ainda de um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), tendo por base um plano econômico de contenção do déficit e da inflação. "O Brasil não pode mais fazer sete Cartas de Intenção em um ano, como no passado, e nem se furtar a um programa econômico mínimo, o que é uma necessidade interna e não apenas uma exigência externa", afirmou ele. Sem a efetiva redução do déficit público, disse ainda, o País poderá não conseguir o restante do financiamento e ainda sofrer com o gasto já feito de reservas.

Conta alta

Para um país que está com nível de reservas reduzido e ainda não obteve sequer a minuta do acordo com os credores, o pagamento de US\$ 780 milhões (referente ao saldo dos juros de janeiro e aos juros de fevereiro), antes do recebimento de qualquer desembolso, é uma conta muito alta, principalmente lembrando-se que já foram pagos US\$ 900 milhões desde dezembro, o que totalizaria quase US\$ 1,7 bilhão.

O raciocínio é do economista Paulo Nogueira Baptista Júnior, chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e um dos principais assessor-

es do ex-ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, para assuntos de dívida externa. Ele teme que essa decisão coloque em risco o nível das reservas brasileiras e não se convence com a explicação do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, de que o estoque poderá ser recomposto com o saldo da balança comercial de janeiro, estimado em US\$ 1 bilhão.

"Por mais elevado que possa ser o saldo de janeiro, continuando muito pagar US\$ 1,7 bilhão em dois meses, sem contar os pagamentos dos juros das linhas de curto prazo que nunca foram interrompidos, e ainda mais sem a minuta do contrato", enfatizou. De acordo com o processo tradicional, o entendimento entre um país endividado e seus credores, tem de ser firmado numa minuta assinada pelo comitê dos 14 bancos estrangeiros mais importantes e, depois, transformados em contrato assinado por centenas de bancos individuais. Os primeiros desembolsos em favor do país endividado só começam a ser liberados depois da assinatura do contrato e isso leva algum tempo. Certamente, mais do que os 15 dias anunciados pelo ministro, na avaliação do economista.

Ainda dispondo de informações incompletas no dia de ontem, Paulo Nogueira Baptista Júnior evitou comentários mais profundos sobre o acordo, mas levantou algumas questões que, segundo ele, devem ser esclarecidas por Mailson da Nóbrega para que se possa analisar a extensão dos benefícios ou dos riscos existentes para o Brasil. Em relação ao *spread* (taxa de risco) de 0,8125% (igual ao do México), por exemplo, ele quer saber qual o mecanismo de sua aplicação: se o novo *spread* entrar em vigor, por exemplo, à medida que as parcelas da dívida atinjam as datas de vencimento, será uma desvantagem para o Brasil continuar pagando o *spread* antigo (o dobro do acordado) e as taxas originais (referenciadas na *prime-rate*) até essas datas.

É preciso esclarecer também se a *prime-rate* foi mantida ou substituída pela Libor como taxa de referência dos credores para juros como aconteceu no acordo do México, o que foi vantajoso para aquele país. E, ainda, se os desembolsos dos bancos vão continuar vinculados aos desembolsos do FMI, o que seria negativo, segundo ele, pois se o FMI não desembolsar, descontente com o desempenho econômico do Brasil, os demais bancos acompanham a decisão.

Retaliações: hoje, o anúncio da suspensão?

Uma fonte do primeiro escalão do governo revelou, ontem em Brasília, que o governo norte-americano deve anunciar ainda esta semana o fim de seus propósitos de aplicar sanções comerciais contra o Brasil por causa das restrições da lei de informática.

Em Washington, uma fonte diplomática confirmou ao nosso correspondente Moisés Rabinovici que o anúncio da suspensão pode ocorrer ainda hoje ou no máximo amanhã.

As fontes negaram qualquer vinculação entre a medida americana e o acordo da dívida externa anunciado ontem.